


CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2013.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, no Plenário, com a presença de todos os Vereadores que assinaram o Livro de Presença e havendo número legal, às dezesseis horas e dez minutos, o Presidente, Vereador Paulo Igor, declarou aberta a presente sessão, procedendo, o 1º Secretário, Vereador Anderson Juliano, à leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada. A seguir, o Secretário procedeu à leitura do **EXPEDIENTE**: GP 210 CMP 2111/13; Projeto de Resolução 1827/13 do Vereador Marcos Montanha; Projeto de lei 2122/13 do Vereador Pastor Sebastião; Indicações 2157/13 da Vereadora Gilda Beatriz; 2119 e 2123/13 do Vereador Osvaldo do Vale – Vadinho; 2124, 2125 e 2126/13 do Vereador Pastor Sebastião; 2127, 2128, 2129, 2130 e 2131/13 do Vereador Roni Medeiros. Registre-se que a sessão foi suspensa para entrega de moções e reaberta às dezoito horas sob a Presidência do Vereador Maurinho Branco. Franqueada a palavra, assomaram à Tribuna os seguintes Vereadores: **1) PAULO IGOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PMDB** - Inicialmente cumprimentou seus pares, imprensa e assistência. Disse subir à tribuna para fazer algumas colocações, referente ao projeto de lei de autoria do Vereador Meirelles, haja vista a repercussão que o assunto teve. Relatou que após ter pesquisado e estudado o assunto, tomou conhecimento da Emenda Constitucional, que deu origem a essa forma de cobrança. Sobre isso, disse que o assunto também gerou uma grande discussão dentro do Congresso Nacional e lembrou que antes de seu atual modelo, a Emenda teve outros modelos que foram considerados inconstitucionais. Acrescentou que a Emenda Constitucional em vigor, nº 39, que acrescenta o artigo 149 - A à Constituição, é clara ao dizer que essa cobrança é facultativa. Relatou ainda que em diversos municípios, como em Curitiba, essa contribuição só é cobrada nos locais em que de fato existe iluminação pública, diferentemente de Petrópolis, que desde 2002, vem cobrando a CIP de todo morador que possua uma conta de luz em seu nome. Disse ainda que a referida Emenda Constitucional permite ao contribuinte uma interpretação diferente, na qual entende-se que ele está facultado de pagar ou não essa contribuição. Esclareceu que o Projeto de Lei, apresentado pelo Vereador Meirelles, visa tão somente a separação em código de barras distinto da contribuição e do valor cobrado pelo consumo de energia. Declarou também, que com esse projeto, o governo terá diversos benefícios, entre eles, o controle de quem está inadimplente ou não, afirmando que atualmente o município fica refém das informações fornecidas pela empresa prestadora desse serviço (AMPLA). Referindo-se à notícia veiculada em jornal, nesta data, dizendo que o Tribunal de Justiça considerava inconstitucional a desvinculação da CIP, declarou que ao tomar conhecimento desta notícia, teve certeza que a mesma não se referia à cidade. Ressaltou que a matéria refere-se a um Projeto de Lei de Arraial do Cabo e que após ler o mesmo e compará-lo ao Projeto de Lei proposto pelo Vereador Meirelles, observou que são totalmente diferentes, uma vez que o Projeto de Lei do Vereador supramencionado separa os valores por códigos de barra, contudo, mantém a cobrança dentro da conta de luz. O Vereador ainda questionou alguns pontos contidos na decisão sobre a representação de inconstitucionalidade como, por exemplo, a

inércia da Câmara Municipal de Arraial do Cabo, além de alguns artigos usados pela relatora do processo, na sua fundamentação, que nada traziam a respeito do tema discutido. Ressaltou ainda ter certeza de que se esse assunto for parar na justiça, esta Casa logrará êxito. Ainda sobre o tema, afirmou que, em seu ponto de vista, assim como o do Ministério Público, inconstitucional é cobrar a da CIP de forma vinculada à conta de consumo de energia, uma espécie de “venda casada”. Em seguida, destacou que o cidadão que recebe um salário mínimo não pode ser penalizado. Acrescentou que uma conta de luz cujo valor aproximado é de R\$ 70,00 (setenta reais), R\$ 60,00 (sessenta reais) refere-se ao consumo de energia e os outros R\$10,00 (dez reais) refere-se a CIP. Lembrou que o cidadão poderá não ter condições de pagar o valor integral da conta, mas poderá ter o valor do consumo de energia, deixando o pagamento da CIP para os próximos dias. Com isso, destacou que, ao pagar a CIP após seu vencimento, o valor será acrescido de juros, portanto o cidadão pagará os juros em cima do valor da CIP e não do valor integral da conta de luz. O Vereador também esclareceu que não se pode obrigar as pessoas a pagar as duas contas, sob pena de terem sua eletricidade cortada, ressaltando que isso é uma covardia com a população. O Vereador encerrou seu pronunciamento lendo uma determinação do Ministério Público de Minas Gerais, na qual o valor do pagamento da CIP deveria constar em código de barras diverso do valor do consumo de energia, declarando ainda que entende a preocupação do Secretário de Fazenda, o qual respeita, devido ao trabalho que sempre desempenhou, entretanto, destacou que o seu dever é representar o povo e que o interesse da população está acima do interesse do governo. Registrou também que julgar que a arrecadação irá cair é precipitado, declarando ter certeza de que a população, em especial os mais humildes, preza pelo seu nome. Registre-se que o Vereador Paulo Igor assumiu a presidência. **2) MEIRELLES, PTB** - Cumprimentou seus pares, imprensa, demais presentes e os que assistem através da TV Câmara. Disse subir à tribuna para dizer que as únicas semelhanças entre Petrópolis e Arraial do Cabo são que as duas são cidades que dependem do setor turístico e muitos petropolitanos buscam novas oportunidades na região dos lagos. Disse que os índices de crescimento daquela região aumentam rapidamente cada vez mais. Em relação à ligação do projeto de Arraial do Cabo com o de Petrópolis, referente a Contribuição de Iluminação Pública, disse não haver semelhança alguma, pois nunca disse nesta Casa que estava eliminando a cobrança da CIP nem retirando a mesma da conta de luz, esta apenas será cobrada em código de barras distinto e registrou que o projeto de Arraial do Cabo retira a cobrança da CIP da conta de luz. Acrescentou que o projeto era para ter sido votado na tarde do dia anterior, mas a pedido de alguns Vereadores, solicitou que a votação do mesmo fosse adiada por uma semana, para que pudesse ser estudada mais profundamente por esses Vereadores e pelo governo. Relatou que o local para discutir as leis é nesta Casa e não vai ficar debatendo nos meios de imprensa. Disse ainda que seu projeto tem por finalidade atingir aqueles que não possuem iluminação pública, porém pagam por esse serviço. Relatou que tomou conhecimento de um decreto do ano de 2006, do Sr. José Serra, Prefeito da maior cidade do País época, que determina a extinção da cobrança de iluminação pública, nas residências de São Paulo, que não possuem iluminação pública. Finalizou reafirmando que não está extinguindo a cobrança da CIP e que ela continuará sendo cobrada na conta de luz, porém, em código de barras distinto. **3) MAURINHO BRANCO, PTC** – Cumprimentou seus

pares, imprensa, plenária e os que assistem à sessão através da TV Câmara. Inicialmente o Vereador justificou sua ausência na sessão do dia anterior dizendo que esteve em Itaipava juntamente com o Sub-Secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Dr. Delmo Pinho, e com a Senhora Márcia Kraus, engenheira da CPtrans, em busca de medidas que possam melhorar o trânsito na região. Registrou que caminhou por diversos pontos que apresentam problemas, tais como: o trevo de Bonsucesso e a ponte do Arranha Céu. Declarou que uma das mudanças será a remoção do ponto de ônibus, no trevo de Bonsucesso, assim como a instalação de uma rotatória no local. Essas medidas só não serão implementadas, nesse final de semana, devido ao atraso no recebimento do “gelo baiano”. Com isso, disse acreditar que o trânsito no local irá melhorar muito e registrou que há necessidade de trabalhar e cobrar das autoridades, uma vez que, a cada dia, aumenta o número de automóveis na cidade. A respeito da sugestão do Vereador Silmar Fortes em realizar uma audiência pública para discutir o tema, disse que será agendada para que as pessoas competentes possam estar presentes. Além disso, declarou que, na próxima terça-feira, o Senhor Mauro Tavares, Coordenador do Rio Estado da Bicicleta, estará na cidade, para que ele possa ver o que pode ser feito no município a respeito do assunto. O Vereador encerrou sua fala solicitando o reforço de agentes de trânsito na região de Itaipava, tendo em vista o grande movimento de turistas no local, em decorrência do feriado prolongado e da realização dos Jogos Jurídicos. **4) RONALDO RAMOS, LÍDER DO PTC** - Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Em relação à discussão da cobrança da CIP, disse que uma das soluções seria fazer como José Serra fez em São Paulo, em 2006, ou seja, permitir que os contribuintes que não recebem o serviço de iluminação pública fiquem isentos até que passem a receber o serviço. Relatou ainda ser esta uma maneira de pressionar as prestadoras a estabelecer o serviço onde ainda não existe, lembrando ainda que, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, havia quarenta e três luminárias apagadas, há mais de oito meses. Em seguida, mencionou que em varias vias principais da cidade, o ônibus para no meio da rua, atravancando todo o trânsito e acrescentou que, quando foram feitas as obras, os técnicos que as acompanharam deveriam ter feito um estudo técnico para não deixar que isso ocorresse. Registrou que, no governo passado, tentou chamar a atenção para diversos erros que estavam sendo cometidos na realização da obra no centro da Posse, porém o Governo não deu atenção. Mostrou fotos de uma loja de ferragens, onde ocorre retorno de água de esgoto todas as vezes que chove, deixando um mau cheiro insuportável. Registre-se que a sessão foi prorrogada por 60 minutos. **5) ANDERSON JULIANO, PT** - Cumprimentou seus pares, imprensa, assistência e funcionários. Referindo-se à reclamação feita pelo Vereador Ronaldo Ramos a respeito de obra realizada pela Companhia Águas do Imperador, na Posse, esclareceu que, ao final de cada ano, a referida empresa leva ao executivo um plano de investimento para o ano seguinte, o qual depende de aprovação do prefeito. Em seguida, declarou que não cabia à COMDEP fiscalizar a obra em questão, uma vez que, a Prefeitura tinha um fiscal na região. Outro assunto bordado pelo Vereador refere-se à audiência pública referente às metas fiscais do governo, no primeiro semestre de 2013, realizada mais cedo nesta Casa e, sobre isso, declarou que, na reunião realizada em fevereiro, questionou o governo qual era o saldo em conta corrente deixado pelo governo anterior em 31/12/12. Disse que na ocasião, fora informado de que o valor



remanescente era de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), mas que não poderiam confirmar, haja vista que até aquela data não tinham tudo consolidado. Dito isso, declarou que, na audiência pública desta tarde, fez o mesmo questionamento a respeito do valor deixado em caixa pelo governo anterior, tendo sido informado que o valor deixado em caixa foi de R\$ 77.754.100,00 (setenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e cem reais). Registrou que desse valor, cerca de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) são valores vinculados, ou seja, pertencem à área da saúde e educação. Dito isso, o Vereador acrescentou que há alguns meses, só se ouvia dizer que tudo estava um caos, além da decretação do estado de calamidade na saúde e questionou o que foi feito com o dinheiro. Declarou ainda ter feito um requerimento de informação ao Prefeito o qual questionava o motivo pelo qual a lei do portal da transparência ainda não foi cumprida e que, em seu ponto de vista, o governo não está dando transparência à atual gestão e que, segundo a Senhora Rosângela Stumpf, a partir da próxima terça-feira, o portal estará com todos os dados necessários e será atualizado diariamente. O Vereador mencionou também, que durante a audiência supramencionada, falou com o Secretário de Fazenda sobre o re-aditamento do Refis feito pelo governo Dilma, para que os governos, empresas de economia mista e empresas de iniciativa privada possam colocar em dia seus tributos. O Vereador lembrou que o Secretário de fazenda declarou que isso é fazer justiça social e justiça fiscal, acrescentando que, durante os 8 (oito) anos do governo do atual Prefeito, sempre defendeu isso. Assim, declarou que, uma vez que o governo tem esse posicionamento, ele não pode ser contra a desvinculação da CIP, pois seria incoerente. **6) GILDA BEATRIZ, PMDB** – Cumprimentou seus pares e demais presentes. Registrou que hoje é Dia Mundial da Esclerose Múltipla, que é uma doença que preocupa muito esta Vereadora, acrescentando que estará protocolando um projeto para criação de um programa para esclarecimento e conscientização da Esclerose Múltipla, a fim de informar à população, por meio de ações educativas, como é o tratamento. Disse que podem contar com esta Vereadora na criação de políticas públicas para lidar com a conscientização e educação do tratamento de doenças como: Esclerose Múltipla e Anemia Falciforme. Finalizou sua fala registrando que irá lutar ao lado dessas pessoas que, mesmo portadoras de uma doença, podem estar atuando no dia a dia. **7) SILMAR FORTES, LÍDER DO PMDB** – Iniciou sua fala agradecendo ao Presidente desta Casa, Vereador Paulo Igor, pela consideração que tem com este Vereador. Em seguida, registrou que, mesmo com o tardar das horas, os três Vereadores de seu partido (PMDB) encontram-se nesta Casa com garra e prontos para discutir e votar pensando no coletivo, por isso, disse estar tranquilo ao liderar esta bancada, visto que esta é composta por pessoas coerentes e capazes. O Vereador declarou que sobe à tribuna, mais uma vez, para tratar sobre o problema das drogas e do álcool, lembrou que até a presente data o conselho não foi criado, entretanto disse ter sido informado que, só para a área da saúde, existem cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Relatou que, como Presidente da Comissão de Saúde, ele se preocupa com os projetos direcionados para o setor, sendo necessário que esses sejam apresentados, pois há dificuldade em obter informações sobre os mesmos. Com isso, sugeriu que o portal da transparência também fale sobre todos os projetos da Prefeitura. Declarou que isso é dinheiro que precisa ser fiscalizado e acrescentou que, se esses projetos não forem fiscalizados, corre-se o risco de não acontecerem e ter que

devolver o dinheiro. Referindo-se ao problema de drogas e de álcool na cidade, disse que diariamente é veiculada na imprensa a notícia sobre apreensão de drogas, com isso indagou o que esta sendo feito para solucionar o problema, bem como qual é a política de reassociação para essas pessoas? O Vereador encerrou seu pronunciamento registrando que esta Casa não pode abrir mão do debate, pois deixar de fazer o debate significa abrir mão do melhor conteúdo que esta Casa tem. **Não havendo mais Vereadores inscritos para fazer uso da palavra, o Presidente solicitou ao 1º secretário que fizesse a verificação de quorum, não havendo quorum necessário para votação das matérias, o Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente solicitou novamente a verificação de quorum, e não havendo quorum necessário o Presidente encerrou a sessão às dezenove horas e quarenta e cinco, marcando a próxima para o dia 4 (quatro) do mês de junho, às dezesesseis horas, com a Ordem do Dia que foi lida em Plenário. E eu, Michelle Iorio Platz e Guido Reis Aguiar, Assessores de Procedimentos Públicos, escrevemos esta para constar e assinamos. Petrópolis, 29 de maio de 2013.**

